


S01 - ADVOGADO

Tipo de Prova
1

Turno: Manhã

Nível: Superior

Duração da prova: 4h

 É obrigatório marcar o tipo de prova no Cartão de Respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Quanto maiores são as dificuldades a vencer, maior será a satisfação.” (Cícero)

Você recebeu do Fiscal de Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas, a Folha de Resposta e o Caderno de Questões. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas e na Folha de Resposta estão corretos. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal de Sala.
- Este Caderno de Questões contém **40 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA e 1(UMA) DISCURSIVA/REDAÇÃO** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica, fabricada em material transparente de tinta preta.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e a Folha de Resposta desidentificado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha de Resposta, devendo assinar a Ata de Fiscalização.
- O Fiscal de Sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do Coordenador Local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas e da Folha de Resposta, conforme estabelecido em ambos.
- O Cartão de Respostas e a Folha de Resposta são personalizados, impossibilitando a substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e da Folha de Resposta.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 01 a 10.

A devolução impossível: a epopeia do “só mais um procedimento”

Eu entrei na loja com uma sacola e um sonho pequeno: devolver um produto. Nem queria briga, nem queria drama. Queria paz, estorno e vida seguindo. O produto, um fone “premium”, tinha decidido morrer no terceiro dia. Não foi uma morte trágica. Foi uma morte burocrática. Ele simplesmente parou, como quem bate ponto e some.

Na minha cabeça, a lógica era infantil e perfeita: comprei, não funcionou, devolvo. Na vida real, a lógica vem com rodapé.

A atendente sorriu com a energia de quem já recebeu cem “casos simples” antes do almoço.

- Boa tarde. Em que posso ajudar?
- Quero devolver. Está com defeito.

Ela pegou o fone como se fosse uma prova em tribunal e, sem olhar para mim, perguntou:

- Tem nota?

A nota, claro. O documento sagrado. Eu tirei do bolso com a reverência de quem apresenta identidade.

Ela leu, digitou, clicou e disse a frase que inaugura toda epopeia:

— Então... pela nossa política, a troca é com a assistência.

Eu ouvi “nossa política” e senti que havia entrado numa constituição paralela, com artigos invisíveis e sanções emocionais.

- Mas eu quero devolver.
- Devolver é só em até sete dias e desde que esteja sem uso.

— Eu usei três dias. Para descobrir que não funciona.

Ela sorriu de novo. O sorriso tinha a delicadeza de um carimbo.

- Entendo. Mas o sistema entende diferente.

Quando alguém diz que o sistema entende, você percebe que está discutindo com uma entidade abstrata. E entidades abstratas não têm culpa, não têm rosto e não erram. No máximo, “apresentam instabilidade”.

Eu tentei ser razoável. Fiz a pergunta que sempre parece inocente até virar armadilha:

- E qual é o procedimento?

Ela apontou para um papel. O papel tinha um QR code e uma promessa: “Rápido e fácil”.

- Você abre um chamado.
- Eu abro agora?
- Você abre pelo site.
- E depois?
- Depois aguarda.
- Aguarda quanto?

Ela respirou como quem consulta uma norma não escrita.

- Até quinze dias úteis.

Quinze dias úteis. Tempo suficiente para o fone ressuscitar por remorso ou para eu me acostumar ao silêncio.

Eu tentei outra rota.

— Não dá para resolver aqui?

— Só com laudo.

Laudo. A palavra “laudo” é mágica: ela transforma um fone em paciente e eu em parte interessada. Em dois segundos, eu não era mais cliente. Eu era “demandante”.

- E se o laudo disser que é defeito?
- Se for defeito, a assistência avalia.
- E se não for defeito?
- Se não for defeito, pode haver cobrança.

Cobrança. Outra palavra mágica. Ela faz o problema parecer culpa sua, mesmo quando o fone morreu sozinho, quietinho, sem plateia.

Eu senti vontade de dizer “isso é um absurdo”. Mas percebi que o absurdo não funciona contra um procedimento. O procedimento sempre ganha por cansaço. Ele não precisa estar certo. Ele só precisa continuar existindo.

A atendente, vendo minha cara, tentou uma gentileza:

- Posso ajudar você a abrir o chamado no seu celular.

Eu abri o site. Ele pediu login. Eu não lembrava. Pediu e-mail. Pediu senha. Pediu confirmar no e-mail. O e-mail demorou. O Wi-Fi da loja era filosófico: existia, mas questionava a própria existência.

Quando finalmente consegui, o formulário perguntou: “Descreva o defeito em até 200 caracteres.” Eu pensei em escrever: “O defeito é acreditar em slogans.” Mas escrevi algo técnico, porque a vida exige seriedade em momentos ridículos.

Enviei.

A atendente olhou e disse:

- Pronto. Agora é só aguardar.
- E o que eu faço com o fone?
- Você guarda. Não pode usar.

Eu guardei o fone na sacola e tive uma iluminação amarga: a devolução impossível não é um evento. É um método. Uma forma elegante de adiar o óbvio até ele virar desistência.

Saí da loja com um número de protocolo e uma sensação estranha. Eu não tinha resolvido nada, mas tinha participado de um ritual. E, no mundo moderno, às vezes é isso que chamam de atendimento: você não sai com solução. Você sai com processo.

Fonte: Banca Examinadora

Questão 1

Marque a alternativa que transpõe “Você abre um chamado.” para discurso indireto, iniciando por “A atendente disse que...”, mantendo sentido de ordem, sem usar “para” e sem empregar “dever/precisar”.

- (A) A atendente disse que eu abro um chamado.
- (B) A atendente disse que eu abra um chamado.
- (C) A atendente disse que eu abriria um chamado.
- (D) A atendente disse que eu abria um chamado.
- (E) A atendente disse que eu deveria abrir um chamado.

Questão 2

A crítica mais ampla construída pelo narrador recai principalmente sobre:

- (A) o procedimento como barreira, que adia a solução e empurra o consumidor para o cansaço e a desistência.
- (B) a fragilidade de produtos premium, que falham cedo e tornam devoluções um efeito normal do mercado.
- (C) a grosseria da atendente, vista como causa suficiente para explicar o impasse do atendimento naquela loja.
- (D) a proibição de devolução após uso, mesmo quando o defeito aparece cedo, o que seria regra da loja, imutável.
- (E) a necessidade de assistência técnica, apresentada como garantia de segurança e como vantagem imediata ao consumidor.

Questão 3

Ao afirmar que “o sistema entende diferente” e falar em “entidade abstrata”, o texto sugere que:

- (A) a decisão é totalmente neutra, já que a impessoalidade elimina assimetria e torna o diálogo mais justo.
- (B) a impessoalidade desloca a autoridade para uma instância sem rosto, enfraquecendo a contestação e naturalizando o poder.
- (C) a atendente acusa explicitamente o cliente de fraude, transformando o defeito em crime e exigindo confissão imediata.
- (D) o narrador confunde termos tecnológicos e atribui ao sistema funções que pertencem apenas ao caixa da loja.
- (E) “entidade abstrata” é elogio, pois mostra que o atendimento é eficiente e livre de qualquer conflito humano.

Questão 4

A frase “você não sai com solução. Você sai com processo.” organiza o sentido global porque:

- (A) confirma que o atendimento foi rápido, e o narrador apenas não soube reconhecer o ganho de eficiência do fluxo.
- (B) conclui que o erro foi procurar a loja, pois atendimento moderno é necessariamente digital e sempre funciona melhor.
- (C) interpreta a experiência como ritual de etapas, em que a resposta prática é substituída por tramitação e espera.
- (D) restringe o problema ao defeito do produto e separa o episódio de qualquer crítica ao modo de atendimento.
- (E) demonstra que o procedimento é sempre justo, pois impede abusos e protege a loja em qualquer situação.

Questão 5

Os detalhes como QR code, login, confirmação por e-mail, “quinze dias úteis” e “laudo” reforçam sobretudo a dimensão ligada ao grau de detalhamento e à quantidade de informação nova oferecida ao leitor, chamada:

- (A) aceitabilidade, porque garante concordância do leitor com a política da loja e valida o procedimento como legítimo.
- (B) coesão, porque substitui pronomes por sinônimos e organiza o encadeamento sem repetição lexical.
- (C) intertextualidade, porque reproduz trechos de códigos legais e artigos de lei citados literalmente no corpo do texto.
- (D) informatividade, porque acrescenta informação específica e concreta, aumentando verossimilhança e densidade do relato.
- (E) intencionalidade neutra, porque apaga ironia e avaliação, deixando o texto puramente descritivo e sem posicionamento.

Questão 6

Pelos procedimentos predominantes (cena cotidiana, humor, avaliação crítica e fechamento reflexivo), o texto se aproxima mais de:

- (A) notícia, com apuração objetiva, fontes externas e versões equilibradas, sem narrador envolvido.
- (B) tutorial, com passos prescritivos para o leitor executar a devolução de modo eficiente e rápido.
- (C) relatório técnico, com linguagem impessoal e registro neutro de procedimentos e resultados mensuráveis.
- (D) parecer, com fundamentação normativa e conclusão vinculante para orientar decisão jurídica formal.
- (E) crônica, com narrador em primeira pessoa, cotidiano, ironia e comentário crítico sobre práticas sociais.

Questão 7

Expressões como “nossa política”, “o sistema entende” e “só com laudo” atuam principalmente como:

- (A) desresponsabilização por impessoalidade e apelo à norma interna, deslocando a decisão para uma instância abstrata.
- (B) analogia por exemplos, comparando o caso a outros e justificando a decisão por semelhança com situações anteriores.
- (C) personalização do conflito, pois a atendente assume opinião própria e decide com base em preferência individual explícita.
- (D) concessão dialógica, pois acolhe a demanda e propõe solução imediata, sem condicionar o resultado a etapas futuras.
- (E) ironia institucional aberta, pois ridiculariza o cliente e declara a intenção de fazê-lo desistir do pedido.

Questão 8

Em “Devolver é só em até sete dias e desde que esteja sem uso.”, “desde que” expressa relação de:

- (A) causa, equivalente a “porque”, indicando motivo para a devolução existir naquele prazo.
- (B) tempo, equivalente a “a partir de quando”, marcando início do prazo de devolução no atendimento.
- (C) condição, equivalente a “contanto que”, estabelecendo requisito para que a devolução seja aceita.
- (D) finalidade, equivalente a “para que”, indicando o objetivo prático da devolução no procedimento da loja.
- (E) concessão, equivalente a “embora”, contrastando a regra com a vontade do consumidor de devolver o produto.

Questão 9

Em “uma constituição paralela” e “o procedimento sempre ganha por cansaço”, predominam, respectivamente:

- (A) metonímia e hipérbole, com parte pelo todo e exagero quantitativo do tempo como principal efeito.
- (B) eufemismo e ironia, com suavização do conflito e afirmação do contrário do que se pretende dizer.
- (C) paronímia e homonímia, com jogo sonoro e ambiguidade lexical como núcleo do humor do texto.
- (D) metáfora e personificação, figurando a política como “constituição” e dando ao procedimento ação humana.
- (E) antítese e gradação, opondo certo e errado e ampliando fatos em escala crescente de gravidade.

Questão 10

Termos como QR code, site, login e Wi-Fi, junto à fala coloquial e ao registro burocrático, contribuem principalmente para:

- (A) caracterizar erro de norma-padrão, pois empréstimos e oralidade tornam o texto gramaticalmente incorreto.
- (B) eliminar o humor, já que vocabulário técnico impede ironia e torna o relato apenas descritivo e neutro.
- (C) provar desconhecimento tecnológico do narrador, pois os termos aparecem sem coerência e contradizem o episódio narrado.
- (D) reduzir a aceitabilidade do texto, pois o leitor não reconhece a situação e não reconstrói a sequência de ações.
- (E) alternar registros e evocar percurso por interfaces, reforçando a crítica ao atendimento que vira processo e não solução.

INFORMÁTICA BÁSICA**Questão 11**

Na planilha do Excel 2019/2021, para somar valores do intervalo B2 até B10, o comando mais direto é usar a função:

- (A) MÉDIA
- (B) CONT.NÚM
- (C) SOMA
- (D) SE
- (E) PROCV

Questão 12

Assinale a alternativa correta sobre software livre.

- (A) Software livre garante usar, estudar o código, modificar e redistribuir, conforme a licença, e pode envolver cobrança por serviços relacionados.
- (B) Software livre é gratuito e de código fechado, com uso liberado, desde que a marca e a mídia original sejam mantidas pelo usuário.
- (C) Software livre é um utilitário que acompanha o hardware, com atualização controlada pelo fabricante e uso vinculado ao equipamento adquirido.
- (D) Software livre é um aplicativo por assinatura em nuvem, com controle central de versões e instalação por conta em vários dispositivos.
- (E) Software livre é um software do sistema, responsável por processos e memória, com licença final vinculada ao fabricante do computador.

Questão 13

Na troca de arquivos entre LibreOffice e Office 365, o setor percebe perda de formatação em modelos e precisa escolher padrão de arquivo para circulação interna e externa. Assinale a ação correta.

- (A) Adotar ODS para textos e DOCX para planilhas, mantendo estilos e fórmulas em qualquer suite por padrão de compatibilidade.
- (B) Adotar PDF como arquivo principal, mantendo edição completa e comentários com qualquer suite, inclusive em modelos e formulários internos.
- (C) Adotar RTF como padrão institucional, mantendo textos, planilhas e apresentações com recursos avançados e macros em qualquer plataforma.
- (D) Manter o mesmo formato em todos, pois ODF e OOXML são equivalentes, com preservação integral de macros e modelos entre as suites.
- (E) Adotar ODT no LibreOffice Writer como padrão ODF e DOCX no Office 365 como padrão OOXML, permitindo abertura e salvamento cruzados entre as suites.

Questão 14

No trabalho com planilhas em nuvem, dois setores editam o mesmo arquivo, e o histórico de versões ajuda a recuperar alterações. Marque a alternativa correta sobre colaboração e computação na nuvem.

- (A) Compartilhamento por link transfere propriedade do arquivo, e o histórico de versões altera o local de salvamento para o computador do editor.
- (B) Histórico de versões substitui backup, e o controle de acesso depende do navegador, mudando permissões quando o usuário troca de computador.
- (C) Controle de acesso define quem visualiza e quem edita, e o histórico de versões registra alterações, com permissão ajustável no compartilhamento por link.
- (D) Compartilhamento por link libera edição total para quem recebe, e o histórico de versões renomeia arquivos para impedir conflitos entre setores.
- (E) Controle de acesso cria cópia local fixa, e o histórico de versões apaga edições anteriores, mantendo apenas a última atualização salva.

Questão 15

No Excel 2019/2021, você tem uma lista grande de lançamentos e precisa montar um resumo por mês e por unidade, mantendo o mesmo formato mesmo quando novas linhas forem incluídas na base. Qual opção atende a essa necessidade?

- (A) Montar SOMASES com intervalos até a última linha atual, copiar por mês e ampliar o intervalo quando novos registros entrarem na base.
- (B) Classificar por data, aplicar Subtotal e repetir o procedimento a cada atualização para obter novo resumo por mês e unidade.
- (C) Usar PROCV para buscar mês e unidade, e somar em outra área, mantendo o resumo pronto para impressão e conferência do setor.
- (D) Transformar o intervalo em Tabela, criar Tabela Dinâmica por mês e unidade, e atualizar a Tabela Dinâmica quando houver novos registros.
- (E) Aplicar formatação condicional por cores e somar por cor em planilha auxiliar, mantendo o resumo por unidade e por período de referência.

Questão 16

Marque a alternativa correta sobre hardware, firmware e driver.

- (A) Hardware inclui o sistema operacional, porque o software instalado integra o conjunto físico entregue ao usuário no ambiente de trabalho.
- (B) Firmware corresponde ao conjunto de peças eletrônicas internas, e driver é parte do circuito que permite comando direto do dispositivo pelo processador.
- (C) Hardware é o conjunto de programas instalados, e software é o conjunto de peças físicas, porque o que se instala muda e o que se toca permanece.
- (D) Hardware é a parte física, firmware é software gravado no dispositivo, e driver permite ao sistema operacional operar o componente de forma integrada.
- (E) Firmware é um aplicativo voltado ao usuário, e driver é um utilitário de segurança que integra antivírus e proteção de navegação ao equipamento.

Questão 17

No uso diário do computador, programas abertos e arquivos em edição ocupam uma memória rápida e temporária enquanto a máquina está ligada. Essa memória é:

- (A) a unidade SSD, usada para armazenamento permanente de arquivos e programas.
- (B) a memória RAM, usada temporariamente durante a execução de programas e tarefas.
- (C) a placa-mãe, usada para interligar componentes e distribuir sinais internos.
- (D) o monitor, usado para exibir imagens e manter dados do trabalho em tela.
- (E) o roteador, usado para encaminhar tráfego e registrar navegação na rede local.

Questão 18

No sistema web de atendimento, o usuário abre a página inicial, mas o login entra em ciclo e retorna à tela de autenticação. O suporte suspeita de dados do navegador. Assinale a alternativa correta sobre cache e cookies.

- (A) Cookies guardam identificadores de sessão e preferências, e o cache guarda cópias de recursos para acelerar carregamento de páginas.
- (B) Cookies guardam cópias de páginas e imagens, e o cache guarda login e senha do usuário para manter autenticação ativa no webmail.
- (C) Cookies guardam drivers do navegador, e o cache guarda rotas de rede, influenciando IP e gateway usados na conexão do computador.
- (D) O cache guarda mensagens e contatos do correio eletrônico, e os cookies guardam anexos confiáveis para reduzir risco de golpes.
- (E) O cache guarda permissões do sistema, e os cookies guardam configurações do Windows para liberar acesso a sites corporativos.

Questão 19

No fim do expediente, chega um e-mail que imita uma cobrança e pede atualização urgente de dados, usando link encurtado. Assinale a alternativa correta sobre ameaça, vulnerabilidade e controle.

- (A) Ameaça é a falha técnica do sistema, vulnerabilidade é o golpe recebido, e controle é a mensagem enviada ao usuário para registrar o incidente.
- (B) Ameaça é o antivírus instalado, vulnerabilidade é a política de senhas, e controle é o ataque que explora a falha para obter acesso ao ambiente.
- (C) Ameaça é a atualização do sistema, vulnerabilidade é o bloqueio do link, e controle é abrir o arquivo suspeito para verificar o conteúdo.
- (D) Ameaça é o usuário, vulnerabilidade é o e-mail, e controle é a senha criada no navegador, pois o comportamento define o risco do ambiente.
- (E) Ameaça é um evento capaz de causar dano, vulnerabilidade é uma fraqueza explorável, e controle é uma medida que reduz risco no ambiente.

Questão 20

No Word 2019/2021, ao formatar um relatório anual, o documento precisa ter capa com numeração romana, corpo principal com numeração arábica e um anexo com cabeçalho diferente, tudo no mesmo arquivo. Para separar partes com configurações distintas, o recurso que permite esse controle é:

- (A) inserção de quebra de página simples, pois separa conteúdo e mantém cabeçalho independente para cada bloco do documento.
- (B) inserção de quebra de seção do tipo próxima página, pois cria seções com cabeçalho, rodapé e numeração configuráveis ao longo do arquivo.
- (C) uso de estilos de título, pois o estilo cria divisões automáticas e habilita cabeçalho distinto por nível e por campo do sumário.
- (D) ativação do controle de alterações, pois cria versões internas e libera cabeçalho por página, com numeração escolhida em cada revisão.
- (E) inserção de hiperlink interno, pois cria marcadores de navegação e permite alterar numeração e cabeçalho em cada ponto do texto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

Na gestão de pessoal de uma autarquia, detalhes constitucionais sobre servidores públicos fazem diferença no parecer e evitam nulidades. Sobre servidores públicos, analise as afirmativas:

- I. A estabilidade do servidor em cargo efetivo pressupõe três anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- II. A perda do cargo do servidor estável por insuficiência de desempenho depende de lei complementar que discipline o procedimento, com contraditório e ampla defesa.
- III. A acumulação remunerada de cargos públicos é admitida nas hipóteses constitucionais, com compatibilidade de horários, como dois cargos de professor ou dois cargos privativos de profissionais de saúde.
- IV. exercício prolongado de cargo em comissão por três anos gera estabilidade funcional e condiciona a exoneração a processo administrativo disciplinar.
- V. A recondução ocorre quando o servidor toma posse em novo cargo e, após aprovação no estágio probatório, opta pelo retorno ao cargo anterior.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 22

No julgamento de conflito entre liberdade de expressão e direito à honra, a ponderação entre direitos fundamentais costuma seguir o teste de proporcionalidade. O teste de proporcionalidade se estrutura por:

- (A) razoabilidade, legalidade e eficiência, com comparação abstrata de valores e escolha do resultado que maximize utilidade social no caso.
- (B) adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, com exame do meio escolhido e do peso da restrição ao direito contraposto.
- (C) legalidade, tipicidade e anterioridade, com verificação do suporte fático e do ato normativo antes de qualquer juízo de balanceamento.
- (D) isonomia, moralidade e publicidade, com controle judicial de conveniência e substituição da decisão administrativa pela opção tida como mais eficiente.
- (E) boa-fé objetiva, autonomia privada e função social, com releitura de expectativas contratuais e preservação do equilíbrio de prestações na relação.

Questão 23

Na inscrição e fiscalização de clínicas e planos odontológicos pelo Conselho Regional de Odontologia (CRO), a Consolidação de Normas do Conselho Federal de Odontologia (CFO) traz regras bem específicas sobre responsável técnico e acúmulo dessa função. Assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade técnica pode ser acumulada por três entidades quando as entidades estiverem na mesma jurisdição, desde que o profissional esteja quite e apresente declaração anual de vínculo com as empresas registradas.
- (B) A responsabilidade técnica pode ser assumida por matriz e por filial da mesma rede, desde que o profissional mantenha inscrição principal no CRO da sede e comunique ao conselho a abertura de cada unidade.
- (C) A responsabilidade técnica pode ser acumulada por duas entidades quando ambas forem privadas, desde que os horários declarados em contrato sejam compatíveis e haja anuência formal da direção técnica de cada clínica.
- (D) A responsabilidade técnica pode ser acumulada por duas entidades quando uma tiver finalidade filantrópica, com atuação voluntária e vedação de remuneração, permanecendo vedada a acumulação de responsabilidade de filial.
- (E) A responsabilidade técnica pode ser acumulada por duas entidades quando o profissional atuar como sócio administrador em ambas, pois o vínculo societário substitui o critério de exclusividade previsto para responsável técnico.

Questão 24

No processo ético do CRO, a publicidade do acórdão depende do tipo de penalidade aplicada e das jurisdições envolvidas. Assinale a alternativa correta.

- (A) O acórdão condenatório é publicado integralmente na Imprensa Oficial, restrito à jurisdição do CRO que julgou o processo, e a divulgação em jornal privado depende de requerimento do denunciante.
- (B) A publicação em resumo é exigida para qualquer penalidade, inclusive advertência e censura confidencial, e deve ocorrer no Diário Oficial da União, por se tratar de autarquia federal.
- (C) A publicidade em jornal de grande circulação ocorre quando há cassação do exercício profissional, e a publicação fica limitada à jurisdição do local do fato, independentemente de inscrição principal do apenado.
- (D) A publicação do acórdão em resumo é exigida para censura pública, e ocorre na imprensa do domicílio profissional, com divulgação adicional em meio eletrônico institucional em qualquer hipótese.
- (E) A condenação a censura pública, suspensão do exercício profissional ou cassação impõe publicação do acórdão em resumo na Imprensa Oficial e em jornal de grande circulação na jurisdição da inscrição principal e do local do fato.

Questão 25

Na sessão plenária do CRO, um cirurgião-dentista responde por infração enquadrada como manifesta gravidade, e o relator propõe pena mais severa desde logo. A defesa sustenta que a aplicação das penas deve seguir uma sequência fixa, começando pela mais branda. Assinale a alternativa correta sobre o critério de aplicação das penas no Código de Ética Odontológica.

- (A) A imposição de pena exige sequência rígida de advertência, censura confidencial, censura pública e suspensão, com exame de agravantes ao final, pois a gradação orienta todo julgamento ético.
- (B) A pena resulta de escolha do relator com base em conveniência, bastando indicar o artigo violado, pois o Código privilegia resposta pedagógica e admite variação ampla conforme repercussão do caso.
- (C) A gradação orienta a imposição das penas, com possibilidade de aplicação imediata de penalidade mais grave em casos de manifesta gravidade, avaliada pela extensão do dano e por suas consequências.
- (D) A aplicação imediata de pena mais grave depende de reincidência formal, pois a manifesta gravidade funciona como agravante e altera o valor de eventual multa pecuniária aplicada em conjunto.
- (E) A penalidade mais grave é cabível quando a infração envolve publicidade, pois esse tipo de conduta recebe tratamento especial e desloca o critério de gravidade para a intenção de autopromoção.

Questão 26

No planejamento fiscal de um contrato internacional, o parecer se depara com impostos federais de perfil regulatório e com a possibilidade de ajuste de alíquotas por ato do Executivo. Indique a alternativa correta sobre quais impostos admitem esse ajuste dentro de limites legais.

- (A) O Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados admitem ajuste por decreto, por integrarem o orçamento anual e por incidirem sobre renda e consumo.
- (B) O Imposto de Importação, o Imposto de Exportação, o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Operações Financeiras admitem ajuste por ato do Executivo, nos limites legais.
- (C) O Imposto Territorial Rural e o Imposto sobre Grandes Fortunas admitem ajuste por decreto, por incidirem sobre patrimônio e por servirem a políticas distributivas em ciclos econômicos.
- (D) A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e o Imposto de Renda admitem ajuste por decreto, pois contribuições e impostos recebem o mesmo tratamento para extrafiscalidade.
- (E) O Imposto de Importação e o Imposto sobre Serviços admitem ajuste por decreto, por refletirem competência federal sobre comércio exterior e sobre serviços transfronteiriços.

Questão 27

Na elaboração de projeto que concede benefício tributário para estimular um setor local, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige cuidados prévios para evitar desequilíbrio. Para caracterizar renúncia de receita em conformidade, o projeto deve conter:

- (A) cláusula de vigência imediata e revisão anual, com autorização para remanejamento orçamentário e registro de que a eficiência administrativa compensará eventual frustração de receita.
- (B) estimativa restrita ao ano corrente e justificativa setorial, com previsão de ajuste de alíquotas por decreto caso a arrecadação fique abaixo do esperado no exercício.
- (C) demonstrativo do custo e indicação de caráter temporário, com autorização para postergação de metas fiscais enquanto perdurar o incentivo econômico aprovado pela lei.
- (D) estimativa do impacto orçamentário e financeiro e atendimento a condição legal, como compatibilidade com a estimativa de receita da lei orçamentária ou medidas de compensação por aumento de receita.
- (E) parecer jurídico e motivação por interesse público, com indicação de que crescimento econômico futuro compensará a renúncia e manterá o equilíbrio fiscal em médio prazo.

Questão 28

Na análise de arrecadação estadual, a leitura conjunta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) revela pontos decisivos. Sobre impostos dos Estados e do Distrito Federal, analise as afirmativas:

- I. O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, inclusive quando a prestação se inicia no exterior.
- II. O ITCMD incide sobre a transmissão causa mortis e sobre doação de quaisquer bens ou direitos, conforme competência estadual e distrital.
- III. O IPVA incide sobre propriedade de veículos automotores, e parcela de sua arrecadação é repassada ao município em que ocorre o licenciamento, conforme repartição constitucional.
- IV. As alíquotas interestaduais do ICMS são fixadas pelo Senado Federal, enquanto as alíquotas internas são definidas por lei estadual, observados os limites constitucionais.
- V. O ICMS permite compensação do imposto devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores, conforme disciplina em lei complementar.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 29

Na compra de imóvel com valor superior a trinta salários mínimos, as partes planejam registrar o contrato para transferir a propriedade. Marque a alternativa correta para produzir o efeito real.

- (A) Registrar instrumento particular com firmas reconhecidas, pois a formalização extrajudicial supre a escritura pública e permite transferência direta no registro de imóveis.
- (B) Averbar o contrato no cadastro municipal e recolher o ITBI, pois a quitação tributária confere eficácia real e autoriza registro sem a escritura pública.
- (C) Lavrar escritura pública e registrar o título no cartório de registro de imóveis, pois a forma pública é exigida e o registro produz a transmissão da propriedade.
- (D) Firmar termo de posse e lavrar ata notarial da entrega, pois tradição e publicidade notarial substituem a escritura pública em atos patrimoniais imobiliários.
- (E) Publicar extrato em diário oficial e protocolar no conselho, pois a publicidade administrativa cria presunção de propriedade e permite oponibilidade perante terceiros.

Questão 30

No controle interno de uma autarquia federal, a Tomada de Contas Especial é usada para apurar dano ao erário e buscar ressarcimento, com prazos de instauração e hipóteses de dispensa. Marque a alternativa correta.

- (A) A instauração segue prazo máximo de 120 dias na omissão de prestar contas e de 360 dias nos demais casos, e a dispensa ocorre com débito inferior a R\$ 120.000,00 ou com mais de dez anos entre a data provável do dano e a primeira notificação dos responsáveis.
- (B) A instauração segue prazo máximo de 180 dias em qualquer caso, e a dispensa ocorre com débito inferior a R\$ 100.000,00, com arquivamento automático após decisão administrativa e registro no controle interno.
- (C) A instauração segue prazo máximo de 90 dias em convênios e de 180 dias nas demais situações, e a dispensa decorre de existência de justificativa plausível do gestor, validada pela assessoria jurídica.
- (D) A instauração segue prazo máximo de 360 dias contados da primeira notificação, e a dispensa é cabível quando o dano decorre de ato antieconômico com risco de prescrição, com adoção prioritária de acordo de leniência.
- (E) A instauração segue prazo máximo de 240 dias em omissão de prestar contas e de 360 dias nos demais casos, e a dispensa ocorre quando houver relatório de auditoria com proposta de acordo, homologada pela autoridade competente.

Questão 31

Na cobrança de um débito antigo, a contagem do prazo muda quando ocorre suspensão ou interrupção, e esse detalhe evita erro processual. Assinale a alternativa correta.

- (A) A suspensão faz o prazo reiniciar do começo após cessar a causa, enquanto a interrupção apenas paralisa e retoma do ponto em que estava na data do ato.
- (B) A suspensão paralisa a contagem e retoma do ponto em que estava, enquanto a interrupção faz o prazo reiniciar integralmente a partir do ato interruptivo.
- (C) Suspensão e interrupção produzem o mesmo efeito, pois ambas afastam a fluência do prazo e exigem contagem integral desde o início quando a causa se encerra.
- (D) A interrupção impede a contagem enquanto perdura a causa, e a suspensão reinicia o prazo após o trânsito em julgado do processo que originou o impedimento.
- (E) A suspensão depende de reconhecimento do devedor, e a interrupção decorre de acordo entre as partes com renúncia ao prazo, produzindo efeitos a partir da assinatura.

Questão 32

Na análise de pedido indenizatório decorrente de falha em serviço terceirizado, separar culpa, risco, dano e nexos causal evita parecer frágil. Sobre responsabilidade civil, analise as afirmativas:

- I. Responsabilidade civil exige dano e nexos causal e admite modelo subjetivo com culpa e modelo objetivo quando a lei atribui dever de reparar independentemente de culpa.
- II. Abuso de direito configura ato ilícito quando o titular excede manifestamente limites de finalidade econômica ou social, boa-fé ou bons costumes, gerando dever de indenizar.
- III. Atividade que, por sua natureza, implica risco para direitos de outrem pode ensejar responsabilidade objetiva, conforme previsão do Código Civil.
- IV. Dano moral exige prova de prejuízo econômico direto e reparação limitada a reflexos patrimoniais identificáveis.
- V. Responsabilidade por fato de terceiro exige demonstração de culpa na escolha ou na vigilância, como requisito estrutural para imputação ao responsável indireto.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 33

Na análise de instrumento para uso de terreno do conselho por terceiro, o direito real de superfície aparece como alternativa ao domínio pleno e exige forma e publicidade próprias. Assinale a alternativa correta sobre o direito real de superfície.

- (A) Constitui-se por contrato particular com eficácia erga omnes desde a assinatura, e sua publicidade decorre de simples reconhecimento de firma em cartório de notas.
- (B) Forma-se por tradição da posse, dispensando registro imobiliário, e a transferência a terceiros ocorre por cessão de direitos com simples comunicação ao proprietário.
- (C) Confere ao superficiário a propriedade do solo e das acessões, com poder de disposição do terreno, ficando o proprietário original com direito a indenização pré-fixada.
- (D) Restringe-se a concessões gratuitas e impede transmissão inter vivos, pois a utilidade do instituto é vinculada à pessoa do superficiário e a suas qualidades pessoais.
- (E) Constitui-se por escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis, pode ser gratuita ou onerosa, e permite construir ou plantar em terreno alheio conforme o título.

Questão 34

Na cobrança judicial de cláusula contratual, o juiz reconhece o débito e decide expressamente, como questão prejudicial, a validade de uma cláusula de reajuste, com contraditório e competência para o tema. Meses depois, a parte propõe nova ação para rediscutir a validade da cláusula. Assinale a alternativa correta sobre o alcance da coisa julgada.

- (A) A questão prejudicial integra apenas a fundamentação e conserva-se fora da coisa julgada, permitindo nova ação autônoma sobre o tema decidida incidentalmente.
- (B) A questão prejudicial faz coisa julgada em toda situação em que seja mencionada, ainda que implícita, pois a motivação vincula as partes em relação futura.
- (C) A questão prejudicial faz coisa julgada mesmo sem contraditório específico, pois o interesse das partes presume-se presente em qualquer debate realizado no processo.
- (D) A decisão sobre questão prejudicial pode fazer coisa julgada quando necessária ao mérito, decidida expressamente, com contraditório efetivo e competência do juízo, impedindo rediscussão posterior.
- (E) A questão prejudicial faz coisa julgada apenas em ações coletivas, pois em ação individual a extensão objetiva limita-se ao pedido principal e ao dispositivo da sentença.

Questão 35

No Código Tributário Nacional (CTN), a obrigação acessória é peça central para fiscalização e arrecadação e tem regime próprio. A conversão da obrigação acessória em obrigação principal ocorre quando:

- (A) ocorre o fato gerador do tributo, e a autoridade apura o valor por lançamento, convertendo deveres instrumentais em dever de pagar o imposto na mesma data.
- (B) a autoridade lavra auto de infração por divergência interpretativa, e o processo define novo critério de cálculo, convertendo dever de informar em dever de recolher o tributo.
- (C) há descumprimento do dever instrumental previsto na legislação, e esse descumprimento gera penalidade pecuniária, que assume natureza de obrigação principal.
- (D) o contribuinte apresenta declaração retificadora fora do prazo, e a retificação altera a base de cálculo, convertendo deveres instrumentais em tributo pelo valor integral declarado.
- (E) o sujeito passivo solicita parcelamento, e o parcelamento altera o regime jurídico, convertendo dever de emitir documentos fiscais em dever de recolher parcelas mensais.

Questão 36

Na defesa em execução fiscal, o manejo de suspensão, interrupção e efeitos sobre exigibilidade do crédito exige leitura fina do Código Tributário Nacional. Sobre crédito tributário, analise as afirmativas:

- I. O crédito tributário decorre da obrigação principal e constitui-se pelo lançamento, que verifica o fato gerador, calcula o montante e identifica o sujeito passivo.
- II. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário pode decorrer, entre outras hipóteses, de moratória, depósito do montante integral, reclamações e recursos administrativos e parcelamento previsto em lei.
- III. A prescrição para cobrança do crédito tributário conta-se da constituição definitiva e pode ser interrompida por despacho que ordena a citação em execução fiscal.
- IV. A compensação extingue o crédito tributário de forma imediata com a declaração do contribuinte, e a homologação administrativa possui papel apenas informativo.
- V. Em concurso de credores, o crédito tributário antecede créditos trabalhistas e de acidente de trabalho, por refletir interesse público e regularidade arrecadatória.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 37

Na leitura de um auto de interdição emitido pelo conselho, a motivação aponta ausência de alvará sanitário, mas o processo já contém documento válido apresentado antes do ato. Pela teoria dos motivos determinantes, esse ato:

- (A) preserva validade por ser ato discricionário, permitindo substituição posterior da motivação no curso do processo e manutenção integral dos efeitos já produzidos.
- (B) adquire legitimidade reforçada, pois a motivação é elemento externo e sua correção depende de juízo de conveniência, tratado como tema interno da administração.
- (C) torna-se irretratável após a publicação, pois a publicidade consolida seus efeitos e restringe revisão administrativa, restando ao interessado pleito indenizatório.
- (D) fica viciado, pois a validade do ato se vincula à existência e veracidade dos motivos declarados, sujeitando-se a anulação quando o motivo indicado diverge do conjunto probatório.
- (E) exige convalidação pela autoridade superior, pois o vício de motivação é sanável e a correção posterior produz efeitos prospectivos por estabilidade das relações.

Questão 38

Durante uma fiscalização complexa, o Conselho precisa contratar parecer técnico-jurídico de alta especialização para instruir decisão em prazo curto, e o objeto exige experiência reconhecida no tema. A comissão solicita orientação para estruturar a contratação conforme a Lei 14.133/2021. Marque a alternativa correta sobre o encaminhamento mais alinhado ao caso.

- (A) Declarar dispensa por urgência e contratar de imediato, juntando pesquisa de preços e justificativa de prazo, com publicação do extrato após assinatura do contrato.
- (B) Instruir processo de inexigibilidade por inviabilidade de competição, demonstrando serviço técnico especializado e notória especialização do contratado, com justificativa de preço e ratificação.
- (C) Abrir pregão eletrônico com julgamento por menor preço, pois serviços intelectuais admitem competição plena, e a padronização do termo de referência equaliza qualidade.
- (D) Adotar credenciamento e selecionar por sorteio entre interessados, pois o modelo reduz disputa e substitui demonstração de especialização na contratação direta do serviço.
- (E) Firmar contrato por adesão a ata de registro de preços anterior, pois a ata permite contratação sem licitação específica mesmo em serviço de alta complexidade.

Questão 39

Na apuração de denúncia contra servidor em órgão de fiscalização, a escolha entre sindicância e processo administrativo pede atenção a garantias e efeitos. Sobre processo administrativo e sindicância, analise as afirmativas:

- I. A sindicância investigativa autoriza aplicação de demissão como sanção final, desde que haja relatório conclusivo e despacho da autoridade competente.
- II. O contraditório e a ampla defesa incidem prioritariamente na fase recursal, e a instrução preliminar pode restringir acesso a elementos relevantes de forma rotineira.
- III. A motivação do ato administrativo deve indicar fatos e fundamentos jurídicos, sobretudo quando decide processo, impõe sanção ou restringe direitos, conforme disciplina da Lei 9.784/1999.
- IV. O recurso administrativo possui efeito suspensivo como regra, impedindo produção imediata de efeitos da decisão recorrida até julgamento pela autoridade superior.
- V. Processos administrativos de que resultem sanções podem ser revistos a qualquer tempo quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes capazes de justificar inadequação da sanção aplicada.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 40

O CRO-MA decide implantar sistema de fiscalização digital e pretende compartilhar com empresa de tecnologia dados cadastrais de inscritos e informações necessárias ao projeto, com base em norma interna e finalidade pública definida. A diretoria busca base jurídica na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e orientação para manter o tratamento regular. Assinale a alternativa correta.

- (A) Coletar consentimento de cada inscrito por termo eletrônico, pois o consentimento é a base típica para tratamento em órgãos públicos em atividades de fiscalização.
- (B) Justificar o tratamento por legítimo interesse institucional, documentando ponderação interna, e usar essa base para compartilhar os dados com fornecedores e parceiros do projeto.
- (C) Classificar os dados como públicos por integrarem processos administrativos e permitir uso para finalidades diversas, com circulação ampla entre entidades e prestadores.
- (D) Transferir ao fornecedor a decisão sobre finalidade e meios do tratamento, pois o operador assume posição de controlador e responde pela base legal no projeto.
- (E) Fundamentar o tratamento na execução de política pública prevista em lei ou regulamento, inclusive para uso compartilhado quando necessário, mantendo finalidade definida, transparência e medidas de segurança.

DISCURSIVA/REDAÇÃO

Elabore um texto dissertativo, com no mínimo 20 linhas e no máximo 30 linhas, sobre o caso concreto a seguir:

No curso de ação fiscalizatória, o Conselho Regional de Odontologia do Maranhão (CRO/MA) instaurou processo ético-disciplinar, nos termos do Código de Processo Ético Odontológico, contra cirurgião-dentista por suposta infração ao Código de Ética Odontológica, relacionada à divulgação de procedimentos e à forma de captação de pacientes em redes sociais.

Para instruir o feito, foram juntados aos autos: prints de publicações, contratos de prestação de serviços, mensagens trocadas com pacientes e, sobretudo, documentos clínicos encaminhados por denunciante, incluindo prontuários, fotos intraorais e exames, com identificação completa de pacientes (nome, CPF, endereço e dados de saúde), caracterizando dados pessoais e, quanto aos dados de saúde, dados pessoais sensíveis.

A comissão processante pretende digitalizar integralmente o processo e armazená-lo em plataforma de nuvem contratada, com compartilhamento restrito a usuários internos. O profissional investigado requer acesso integral aos autos para exercer a ampla defesa. Paralelamente, terceiros não integrantes do processo solicitam cópias, sob o argumento de “interesse público” na atuação do Conselho.

O Presidente do CRO/MA solicita orientação jurídica para compatibilizar o dever institucional de fiscalização e julgamento ético com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com o dever de resguardo de informações de terceiros, especialmente quanto ao tratamento, ao acesso e ao compartilhamento de dados pessoais sensíveis de pacientes, sem comprometer o contraditório, a ampla defesa e a segurança da informação.

Na condição de Advogado(a), desenvolva a redação abordando, de forma articulada ao caso narrado: (i) fundamentos que legitimam o tratamento de dados pelo CRO/MA em procedimentos fiscalizatórios e ético-disciplinares; (ii) critérios objetivos para acesso e compartilhamento dos autos, distinguindo o acesso do investigado e de terceiros, com cautelas para dados sensíveis; e (iii) medidas práticas de governança e segurança da informação (inclusive em contratos de TI, controle de acesso e resposta a incidentes) adequadas ao contexto do CRO/MA.

O seu texto deve ser redigido de acordo com o uso das normas do registro formal da Língua Portuguesa.

FOLHA DE RASCUNHO PARA DISCURSIVA/REDAÇÃO

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

